



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

A contribuição da educação ambiental no planejamento de um evento turístico: Festa Nacional da Uva – RS.¹

Gisele Silva Pereira²

Suzana Maria De Conto³

Josiane Pistorello⁴

Universidade de Caxias do Sul

Resumo

Para que um evento assuma sua responsabilidade ambiental é preciso que o mesmo contabilize a variável ambiental em todas as fases de seu planejamento. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo identificar ações de educação ambiental no planejamento da Festa Nacional da Uva, realizada no ano de 2006. A coleta dos dados necessários ao estudo ocorreu no município de Caxias do Sul, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Os sujeitos escolhidos para a realização da entrevista foram o presidente, os dois vice-presidentes e os diretores das 15 comissões organizadoras. A partir da análise das informações dos sujeitos, cabe destacar a existência de ações desenvolvidas pelo “Museu do Lixo” e pela TV Câmara. Conclui-se a importância dos eventos turísticos demonstrarem sua responsabilidade socioambiental, desenvolvendo programas de educação ambiental.

Palavras-chave: Turismo; Planejamento e gestão; Educação ambiental; Eventos turísticos; Festa Nacional da Uva – RS.

Introdução

A responsabilidade socioambiental está relacionada ao compromisso assumido pelas organizações em relação ao meio ambiente. Refere-se, assim, à necessidade de revisar os modos de produção e padrões de consumo vigentes de forma a alcançar o sucesso

1 Trabalho apresentado ao GT - Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR 2007

2 Bacharel em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Especialista em Gestão de Marketing pela Universidade Católica de Pelotas. Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul.

3 Engenheira Química pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Engenharia Civil na área de Hidráulica e Saneamento Ambiental pela EESC-USP. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora no Departamento de Engenharia Química e no Mestrado em Turismo e pesquisadora no Instituto de Saneamento Ambiental na Universidade de Caxias do Sul.

4 Acadêmica no Curso de Engenharia Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista PIBIC-CNPq.



empresarial, ponderando-se os impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades administrativas e operacionais do empreendimento (BANCO DO BRASIL, 2007).

Para que um evento assuma sua responsabilidade ambiental, é preciso que o mesmo contabilize a variável ambiental em todas as fases de seu planejamento. De Conto (2004a), ao examinar a responsabilidade ambiental dos eventos, destaca que os mesmos somente são considerados bem planejados à medida que contabilizarem os custos ambientais. Portanto, a contabilidade ambiental deve ser clara no planejamento. “Quem planeja, organiza, apóia, patrocina, executa e fiscaliza um projeto em turismo deve saber que a responsabilidade é solidária.” (DE CONTO, 2004a, p. 3).

Nesse contexto é importante questionar que relações são estabelecidas entre a variável ambiental e os eventos turísticos. Como o planejamento de uma festa considera a variável ambiental. O presente artigo tem por objetivo identificar ações de educação ambiental no planejamento da Festa Nacional da Uva 2006, realizada na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Metodologia

A coleta dos dados necessários ao estudo ocorreu no município de Caxias do Sul, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. O referido município localiza-se na Encosta Superior do Nordeste do Estado e possui população estimada em 404.187 habitantes.

A escolha da Festa Nacional da Uva 2006 ocorreu em função do seguinte critério: ser o principal evento turístico de Caxias do Sul e um dos mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul e do País. Tal Festa é realizada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março, com uma duração média de 17 dias.

Os sujeitos escolhidos para a realização da entrevista foram o presidente, os dois vices-presidentes e os diretores das 15 comissões organizadoras da Festa Nacional da Uva 2006. Cabe destacar, que uma das comissões organizadoras apresentava três diretores e que um dos sujeitos não participou da entrevista. Portanto, foram entrevistados 19 sujeitos.

O roteiro de entrevista foi elaborado com base no referencial teórico consultado sobre turismo e gestão ambiental. As perguntas que compõem o roteiro relacionam-se: a) às



práticas ambientais; b) a resíduos sólidos; c) à divulgação da Festa; d) aos expositores e patrocinadores; e) aos desfiles; f) às olimpíadas coloniais; g) ao consumo de água; h) ao consumo de energia e i) à geração e descarte de água residuária. No presente estudo são examinados somente os aspectos relacionados a resíduos sólidos.

Resultados e Discussão

A tabela 1 apresenta os dados relacionados à distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre o planejamento de programa de educação ambiental dedicado às pessoas que trabalham na Festa da Uva.

Tabela 1 – Distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre o planejamento de programa de educação ambiental dedicado às pessoas que trabalham na Festa da Uva

Programa de Educação Ambiental	F	%
Foi planejado	8	42,1
Não foi planejado	6	31,6
Não foi pensado no assunto	5	26,3
TOTAL	19	100

Ao examinarem-se os dados disponíveis na tabela 1, percebe-se que não há uma diferença significativa, em termos de ocorrências, entre as respostas dos sujeitos, uma vez que oito (42,1%) deles afirmaram existir planejamento de programa de educação ambiental; seis (31,6%) disseram não haver planejamento de tal programa e cinco sujeitos (26,3%) manifestaram não ter pensando no assunto.

Considerando as informações apresentadas no quadro 1, sobre o conteúdo e as características do programa de educação, voltado aos colaboradores da Festa, podem ser examinadas as condutas ambientais assumidas pelo evento. Nesse sentido, é perceptível que as ações relatadas pelos diretores das comissões organizadoras são generalistas. Tem-se como exemplos ações de “cuidados com a grama”, “preocupação coletiva em preservar o meio ambiente” e “palestras sobre o meio ambiente para a equipe de limpeza”. Essa abrangência e diversidade de ações revelam a adoção de práticas ambientais isoladas durante a Festa, não configurando-se como um programa de educação ambiental para os colaboradores da Festa.

Situação semelhante pode ser detectada na tabela 2, que trata do planejamento de programa de educação ambiental voltado aos visitantes da Festa da Uva. Os dados



apresentados nessa tabela permitem identificar, com 52,6% das indicações dos sujeitos, o planejamento de tal programa para os visitantes, contra 26,3% que indicaram não ter pensando no assunto.

Características
Providências tomadas com rigorosas regras de controle ambiental por parte dos executores dos trabalhos na Festa
Treinamento realizado com equipe de limpeza
Sensibilização dos participantes da Festa por parte da Codeca quanto ao meio ambiente
Disponibilidade de coletores
Responsabilidade solidária no recolhimento de resíduos sólidos do chão (equipe de limpeza, funcionários, diretores e presidente)
Palestras sobre o meio ambiente para a equipe de limpeza
Presença da equipe de capina
Separação do bagaço da uva dos demais resíduos sólidos
Encaminhamento do seletivo para as associações de recicladores
Instalação de tanques e rede de irrigação
Cuidados com a grama
Parceria com escoteiros
Parceria com a Codeca
Indicou a Comissão de Infra-estrutura
Pessoas orientadas a não depredarem o meio ambiente
Respeito à área verde da Festa da Uva
Construção do novo estacionamento
Barranco com retenção de grama
Cuidado com os resíduos sólidos gerados nos desfiles
Realização da triagem de recicláveis
Preocupação coletiva em preservar o meio ambiente

Quadro 1: Conteúdo e características do programa de educação ambiental dedicado às pessoas que trabalham na Festa da Uva

Tabela 2 – Distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre o planejamento do programa de educação ambiental voltado aos visitantes da Festa da Uva

Programa de educação ambiental	F	%
Foi planejado	10	52,6
Não foi pensado no assunto	5	26,3
Não foi planejado	3	15,8
Não soube informar	1	5,3
TOTAL	19	100

Comparando o conteúdo e as características desse programa com o conteúdo e as características do programa anterior (voltado aos funcionários), também verifica-se o caráter generalista e abrangente das ações. Pode-se observar, conforme informações do quadro 2,



ações como “preocupação com ruídos”; “preocupação com o meio ambiente” e “banheiros limpos”, que não representam a totalidade de um programa de educação ambiental. Entretanto, verificam-se algumas ações isoladas de educação ambiental nos depoimentos dos sujeitos: “A Codeca (Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul) organizou o Museu do Lixo nos Pavilhões da Festa” e “a Codeca realizou visita com as Embaixatrizes ao Aterro Sanitário de São Giácomo e a uma cooperativa de catadores, como parte da programação de preparação da escolha das candidatas.” Além dessas ações, foi possível constatar no espaço reservado à Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, mediante a realização de observação direta, a exibição de vinhetas no canal da TV Câmara, contendo informações sobre o consumo e a economia de água e energia elétrica. Nessa direção, De Conto (2004b) estabelece que compete aos meios de comunicação colaborar na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a variável ambiental em sua programação. Apesar de representarem ações isoladas, é possível observar a relação estabelecida entre a informação ambiental e o comportamento de tais sujeitos.

Em síntese, é perceptível que parece não haver clareza por parte das comissões organizadoras quanto ao significado da expressão programa de educação ambiental, apesar de as mesmas manifestarem existir planejamento de programa de educação ambiental para colaboradores e visitantes.

Características
Disponibilidade de um número maior de coletores em relação à edição anterior da Festa
Não soube precisar nenhum programa
Planejamento do impacto provocado por veículos
Orientação dada pela Comissão de Hospitalidade quanto à limpeza do Parque
Destinação apropriada dos resíduos sólidos
Preocupação com ruídos
Preocupação com o meio ambiente
Cuidado com o recolhimento dos resíduos sólidos
Presença de banheiros ecológicos
Cuidado com o papel
Indicou comissão de infra-estrutura
Banheiros limpos
Preocupação com a limpeza
Orientação para a separação dos resíduos sólidos
Pessoas orientadas a não depredarem o meio ambiente
Na atividade “fazer bígoli”, das Olimpíadas Coloniais, a massa resultante é doada para instituições
O queijo utilizado nas Olimpíadas Coloniais é revestido para ser reaproveitado posteriormente
O milho usado nas Olimpíadas Coloniais é doado para agricultores, sendo destinado à alimentação de galinhas



Características

Os demais produtos usados nas Olimpíadas Coloniais são aproveitados também
Distribuição de panfletos contendo informações gerais da Festa (localização, pontos com coletores de resíduos sólidos, número de telefones para dúvidas)
Participação dos funcionários da Codeca nos desfiles, sensibilizando a comunidade
Codeca disponibilizou o “Museu do Lixo” nas “Réplicas de Caxias do Sul”
As comissões da Festa realizaram trabalhos de conscientização com os visitantes
Distribuição de sacos plásticos para os visitantes depositarem seus resíduos

Quadro 2: Informações dos sujeitos sobre o conteúdo e características do programa de educação ambiental dedicado aos visitantes da Festa da Uva

No que concerne à educação ambiental, na década de 70, Valle (2004) destaca que ainda não havia no Brasil uma legislação específica que tratasse o fenômeno ambiental. Conforme esse mesmo autor, as normas e os regulamentos que existiam examinavam a saúde pública, a proteção à flora e à fauna, a segurança e a higiene industrial.

Somente em 1981, foi criada a Lei Federal 6.938, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981). De acordo com essa lei, o meio ambiente é definido como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (BRASIL, 1981).

Como objetivos da referida política, destacam-se: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. (BRASIL, 1981).

Além disso, o art. 225 do Capítulo VI, do Meio Ambiente, da Constituição Federal afirma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Conforme tal artigo, pode-se perceber que o turismo possui sua parcela de responsabilidade perante o meio ambiente e à sociedade. Cabe destacar que o turismo pode constituir uma atividade nociva ao meio ambiente em todos os aspectos. Entretanto, planejado adequadamente, pode “salvaguardar os recursos, [...] evitando sua exploração excessiva” bem



como “manter intacto um patrimônio paisagístico, biológico, cultural, estético e transmiti-lo às gerações futuras”. (MINISTÈRE DE L’ENVIRONNEMENT/MIN. TOURISME, 1992, p.147 apud RUSCHMANN, 2004, p.136-137). É nesse sentido que o turismo pode converter-se em algo benéfico ao meio ambiente, pois pode promover a proteção e preservação ambiental, assegurando um meio ambiente equilibrado às presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a educação ambiental desempenha um papel fundamental para a sensibilização dos agentes do turismo face às questões ambientais. Em 1999 foi sancionada a Lei 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, cujos princípios básicos são:

- a) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- b) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- c) o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- d) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- e) a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- f) a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- g) a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- h) o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999).

Conforme essa mesma lei federal, a educação ambiental pode ser entendida como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Ainda segundo a mesma lei, nos Art. 9º e 13º, apresentam-se duas modalidades de educação ambiental: a formal e a não-formal. Por educação ambiental formal entende-se as ações desenvolvidas na educação escolar no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica (infantil, ensino fundamental e ensino



médio), educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. A educação ambiental não-formal, por sua vez, representa as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Conforme a análise dos princípios básicos mencionados e da própria definição de educação ambiental, o turismo pode promover a realização de ações de educação ambiental, visto que o mesmo é capaz de integrar diferentes aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos, revelando, assim, seu caráter pluri e interdisciplinar em favor da preservação ambiental.

Assim, cabe fazer a seguinte pergunta: os agentes envolvidos no processo do turismo (poder público, meios de hospedagem, agências de viagens, guias de turismo, planejadores, turismólogos, pesquisadores da área, eventos, entre outros), bem como as comissões organizadoras de eventos conhecem tal lei? Como os mesmos são responsáveis pelo cumprimento dessa lei? A exemplo de De Conto (2006), essas indagações merecem ser respondidas por todos esses sujeitos, com o propósito de identificar as responsabilidades de cada um em prol da construção de políticas ambientais para o turismo.

Tabela 3 – Distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre a disponibilidade de informações quanto ao desperdício de papel nos sanitários

Informações sobre o desperdício	F	%
Foram planejadas	6	31,6
Não foram planejadas	4	21,1
Não lembra	4	21,1
Não soube informar	3	15,8
Não foi pensado no assunto	1	5,2
Não respondeu	1	5,2
TOTAL	19	100

A tabela 3 apresenta a distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre a disponibilidade de informações quanto ao desperdício de papel nos sanitários. A concentração maior em termos percentuais está na categoria “foram planejadas” (31,6%). As informações “não foram planejadas” e “não lembra” destacam-se com 21,1% das indicações cada. Comparando esses resultados com as informações obtidas, a partir da observação direta realizada pela pesquisadora no âmbito da Festa, é possível concluir que houve preocupação por parte do evento em evitar o desperdício de papel nos sanitários, visto

que os mesmos estavam equipados com dispositivos que controlavam a emissão de folhas de papel.

Em relação à disponibilidade de informações sobre o desperdício de água nos sanitários, conforme dados apresentados na tabela 23, pode-se verificar que as informações “não soube informar” e “não foram planejadas” possuem o mesmo percentual de indicações, que corresponde a 31,6% cada. Apenas com 15,8% das indicações aparece a informação “foram planejadas”.

A partir dos resultados apresentados nas tabelas 3 e 4, percebe-se que não há procedimento adotado pelos diretores das comissões organizadoras no que tange à disponibilização de informações sobre o desperdício de água e de papel nos sanitários da Festa da Uva. Identifica-se, assim, uma lacuna no que tange ao planejamento de programa de educação ambiental. A exemplo do que ocorre com as informações contra o desperdício de papel, é preciso que a Festa faça o mesmo em relação à água.

Tabela 4 – Distribuição de ocorrências e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre a disponibilidade de informações quanto ao desperdício de água nos sanitários

Informações sobre o desperdício	F	%
Não soube informar	6	31,6
Não foram planejadas	6	31,6
Foram planejadas	3	15,8
Não foi pensado no assunto	2	10,5
Não lembra	2	10,5
TOTAL	19	100

Considerações Finais

Os problemas relacionados às práticas ambientais em empreendimentos turísticos podem ser considerados complexos, envolvendo fatores que estão intrinsecamente ligados, não devendo ser analisados de forma isolada.

As práticas ambientais devem ser consideradas em todas as fases de uma festa, pois os problemas relacionados com variáveis ambientais em eventos turísticos começam muito antes da operacionalização do mesmo. Começam com a concepção da festa; com seu



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

planejamento; com sua implantação; com sua operacionalização; com as características e o comportamento das comissões organizadoras, dos expositores, dos patrocinadores, da comunidade local e dos visitantes, no que diz respeito à adoção de práticas ambientais nos eventos turísticos. Assim, o sucesso de um evento inicia no planejamento e não na sua operacionalização.

No que tange ao planejamento de ações de educação ambiental na Festa da Uva, cabe ressaltar a existência de algumas ações. Assim, a partir da análise das informações dos sujeitos, cabe destacar a existência de ações desenvolvidas pelo “Museu do Lixo” e pela TV Câmara. Porém, a partir dos resultados apresentados percebe-se que não há procedimento adotado pelos diretores das comissões organizadoras no que tange à disponibilização de informações sobre o desperdício de água e de papel nos sanitários da Festa da Uva.

Diante disso, é preciso que as comissões organizadoras desenvolvam novos saberes quanto ao significado da expressão programa de educação ambiental. Assim, conclui-se a importância dos eventos turísticos demonstrarem sua responsabilidade socioambiental, desenvolvendo programas de educação ambiental.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Responsabilidade socioambiental.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/rsa/HistoricosConceitos.jsp>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999. Lei de Educação Ambiental – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Lei 6.938**, de 2 de setembro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Contitui%20E7aohm#cfart225>. Acesso em: 10 mar. 2006.

DE CONTO, S. M. Contabilidade ambiental. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 3, 29 jan. 2004a.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

_____. Construção coletiva de valores. **Pioneiro**, Caxias do Sul, p. 3, 5 jan. 2004b.

_____. Resíduos sólidos: uma análise comportamental. In: SPAREMBERGER, R. F. L.; PAVIANI, J. (Org.). **Direito ambiental: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária**. Caxias do Sul: Educ, 2006. p. 61-82.

RUSCHMANN, D. v. d. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

VALLE, C. E. **Qualidade e gestão ambiental**. 5. ed. São Paulo: Senac, 2004.